

Mundo

APONTOU PRÁTICAS NOCIVAS*
ONU critica ataques a pessoas intersexo
 Resolução no Conselho de Direitos Humanos foi aprovada ontem por 24 países

PARA
 AUMENTAR
 A VISIBILIDADE
 E O APOIO
 ÀS PESSOAS
 INTERSEXO

TOM DURO COM NETANYAHU

Biden ameaça condicionar apoio a Israel à proteção de civis, mas segue enviando armas

JOSHUA WAGNER

O presidente dos EUA, Joe Biden, ameaçou pela primeira vez, ontem, condicionar o apoio dado a Israel à adoção pelo governo de Benjamin Netanyahu de medidas tangíveis para responder à catástrofe humanitária em Gaza. No primeiro telefonema entre os dois líderes após a morte de sete trabalhadores humanitários — um deles americano-canadense — em um ataque israelense no enclave palestino, o americano subiu o tom. Mas, na prática, o governo dos EUA tem resistido aos apelos para limitar os fluxos de armas para os israelenses e segue com os trâmites no Congresso para aprovar um plano de venda de caças F-15 no valor de US\$ 18 bilhões (R\$ 91 bilhões), além de fazer entregas secretas de armamentos, segundo denúncias da imprensa americana.

Durante uma ligação de 30 minutos ontem, Biden pediu a Netanyahu que "anuncie e implemente uma série de medidas específicas, concretas e mensuráveis para lidar com os danos aos civis, o sofrimento humanitário e a segu-

rança dos trabalhadores humanitários", e reforçou a necessidade de negociações que levem a "um cessar-fogo imediato". Mas Washington não chegou a dizer diretamente que os EUA interromperiam o fornecimento de armas ou impor condições para seu uso, como os democratas pediram que ele fizesse.

O presidente Biden enfatizou que os ataques aos trabalhadores humanitários e a situação humanitária geral são "inaceitáveis", informou em um comunicado. "Ele deixou claro que a política dos EUA com relação a Gaza será determinada por nossa avaliação da situação inelutável de Israel com relação a essas medidas."

FRUSTRAÇÃO CRESCENTE
 A declaração foi a mais incisiva emitida pela Casa Branca nos seis meses de guerra entre Israel e o Hamas, ressaltando a crescente frustração do presidente com Netanyahu. O primeiro israelense vem desafiando a pressão americana para reduzir o sofrimento dos civis em Gaza e também ignorou uma resolução do Conselho de

Segurança da ONU — aprovada com rara abstenção dos EUA em discussões sobre Israel. Foi a primeira vez também que Biden sugeriu que os EUA podem condicionar sua assistência a Israel, um de seus maiores aliados.

Horas depois da conversa, Israel anunciou a reabertura da passagem de Erez, entre o país e Gaza, fechada desde os ataques do Hamas ao país, para proporcionar a entrada de mais ajuda humanitária no enclave. A porta-voz do Conselho de Segurança Nacional dos EUA, Adrienne Watson, elogiou a medida, mas cobrou também a "implementação rápida e completa" da reabertura do porto de Ashdod para entregas de assistência humanitária direta a Gaza e do aumento significativo da ajuda jordaniana — que deve passar por Israel — ao enclave.

Na quarta-feira, o jornal Washington Post revelou que, desde o início da guerra contra o grupo terrorista Hamas, em outubro, foram feitas mais de 100 vendas secretas de armamentos pelos EUA a Israel, incluindo munições de pequeno calibre, bombas de pequeno calibre,

misséis do tipo "fura-bunker" capazes de penetrar camadas de concreto, armas de pequeno calibre e munição de artilharia de 155mm. Os números foram apresentados por integrantes do governo americano a congressistas de forma sigilosa, segundo o jornal.

US\$ 3,8 BILION POR ANO A ISRAEL
 Uma dessas transferências teria sido autorizada no mesmo dia em que os ataques aéreos israelenses mataram sete trabalhadores humanitários da organização World Central Kitchen (WCK) em Gaza, de acordo com o Post, que citou várias autoridades. A lista de artefatos aprovada pelo Departamento de Estado incluía mais de mil bombas MK82, mais de mil bombas de pequeno diâmetro e fuzíveis para bombas MK80, acrescentou.

Um funcionário do Departamento de Estado confirmou ao Post a aprovação, mas disse que ela ocorreu em algum momento "anterior" ao ataque israelense ao comboio de ajuda humanitária.

Na semana passada, os EUA autorizaram a transferência de armamentos semelhantes

no valor de bilhões de dólares para Israel, incluindo mais de 1.800 bombas MK-84 e 500 bombas MK-82, segundo o Post. O Departamento de Estado também enviou recentemente uma notificação informal a duas comissões do Congresso para iniciarem um processo necessário à autorização formal para a transferência de até 50 caças F-15. O acordo, que seria uma das maiores vendas de armas dos EUA para Israel em anos, ainda incluiria munições, treinamento e outros tipos de apoio, segundo o Politico e a CNN.

Washington concede US\$ 3,8 bilhões em assistência militar anual a Israel, seu aliado de longa data. As últimas transferências vieram de autorizações concedidas pelo Congresso vários anos antes do início da guerra contra o Hamas em outubro, mas o governo dos EUA tem autoridade para suspender um pacote de armas a qualquer momento antes da entrega — o que não foi feito pela Casa Branca até o momento, apesar da pressão exercida por deputados e senadores democratas.

Críticos da campanha de

Israel em Gaza — na qual mais de 32 mil palestinos foram mortos, de acordo com as autoridades do Ministério da Saúde do enclave — dizem que o governo Biden deve usar qualquer influência disponível para fazer com que Netanyahu mude sua abordagem. Até mesmo alguns dos aliados democratas mais próximos do líder americano têm cada vez mais concordado com o aumento do controle sobre o armamento, incluindo o senador Chris Coons, confidente do presidente.

—Acho que chegamos a esse ponto — disse Coons à CNN na manhã de ontem.

100 AUTORIZAÇÕES SECRETAS
 O Washington Post apontou que 100 autorizações de venda foram feitas longe do escrutínio público, uma vez que seus valores ficariam abaixo do patamar de US\$ 25 milhões que obrigou o debate aberto sobre as operações. A Casa Branca afirmou ao Washington Post que seguiu todos os protocolos para manter os membros do Legislativo informados sobre esse tipo de ação.



Desespero. Manifestantes protestam contra Netanyahu, em Tel Aviv, exigindo um acordo para o retorno dos reféns.



Dor. Um palestino chora abraçando o corpo de uma de suas duas filhas mortas em bombardeio israelense em Rafah.

Maduro assina lei e 'cria' estado em área pertencente à Guiana

Projeto foi chamado por Georgetown de 'violação flagrante de soberania'

CHRISTIANE SILVA

O presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, promulgou na noite de anteontem a Lei Orgânica para a Defesa da Guiana Essequiba, que contempla a criação do estado da "Guiana Essequiba", durante uma cerimônia na Assembleia Nacional. O projeto de lei, aprovado pelo Parlamento em 21 de março, foi redigido após

a maioria da população venezuelana aprovar em um plebiscito em 3 de dezembro a anexação de Essequibo, região de 160 mil km² rica em petróleo e recursos naturais que é disputada entre Venezuela e Guiana há mais de um século.

Em nota, a Chancelaria guianesa afirmou que a tentativa de "anexar mais de dois terços do território soberano da Guiana e convertê-lo em parte da

Venezuela constitui uma flagrante violação dos princípios mais fundamentais do direito internacional".

De acordo com o texto, o estado de "Guiana Essequiba" seria governado a partir da cidade de Tunmeremo, no vizinho estado de Bolívar.

—O presidente Irfan [Ali] não governa a Guiana; a Guiana é governada pelo Comandante Suri, a CIA [agência de Intel-

gência dos EUA] e a (petrolifera) ExxonMobil — afirmou Maduro, que reiterou a acusação de que há a instalação de "bases militares secretas" de Washington em Essequibo.

CONTRADIÇÕES

Para a Guiana, a normativa contradiz a declaração assinada durante a cúpula de dezembro em São Vicente e Granadinas, em que o Brasil assumiu o papel de um dos mediadores. O acordo parecia ter reduzido a tensão, já que os governos concordaram em não utilizar a força na disputa. Maduro e Ali voltaram a se reunir em março, em encontro da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Cela), onde o venezuelano instituiu

em uma "solução pacífica". O braço direito do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para assuntos internacionais, o assessor especial Celso Amorim, descreveu a promulgação como "gesto simbólico" de Nicolás Maduro.

—O gesto é simbólico, obviamente tem seu peso, mas vou arriscar uma opinião de que isso tem a ver com a política interna — afirmou o GLOBOQ, reiterando: — É simbólico, pode ter algum efeito, mas não creio que vá haver alguma consequência grave. Amorim pareceu se referir à eleição presidencial do dia 28 de julho na Venezuela, na qual praticamente todos os nomes competitivos da oposição foram vetados. Entre eles, o da li-

der opositora venezuelana María Corina Machado, inabilitada por 15 anos, e de Corina Yoris, escolhida para substituí-la. As decisões foram questionadas pelo Itamaraty e pelo presidente Lula, que chamou o impedimento a Yoris de "grave". Nesse contexto, a "criação" do novo estado pela Venezuela, enquanto o Brasil atua como mediador, pode representar novo contrangimento para o governo Lula, cuja postura mais alinhada com Maduro é alvo de críticas. Ao GLOBOQ, Amorim ressaltou o desejo do Brasil por paz na região e reafirmou a confiança no acordo entre Guiana e Venezuela, que proíbe o uso da força militar na disputa. (Cm-APF)